



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 1 |

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 29 DE JUNHO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma declaração de voto do projeto em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 650, de 2011, de autoria da Deputada Liliane RORIZ, que “altera dispositivos da Lei nº 4.675, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o exame de reconhecimento específico para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar do Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.002, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.451, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 2 |

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 20 Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é breve o que vou dizer. Eu gostaria de agradecer neste momento, porque a uma hora desta, todos nós aqui, a imprensa... A matéria que poderia ser mais importante era o PDOT, e o que foi mais importante nesta noite foi essa questão dos Conselhos Tutelares.

Então, quem ganhou foi Brasília, quem ganhou foi a Casa, quem ganhou foram as crianças com a decisão do Deputado Dr. Michel de abolir a prova. Isso foi muito importante. Foi uma conquista em que venho trabalhando desde o ano passado, uma vez que foi aprovada a lei. Mas os conselheiros ficaram insatisfeitos. Isso foi acontecendo e todos os deputados trabalhando em cima dessa matéria.

Então, eu estou muito feliz. Estou satisfeita de estar até uma hora dessa aqui nesta Casa, trabalhando em prol das crianças do Distrito Federal. Muito obrigada.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 650, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera dispositivos da Lei nº 4.675, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o exame de reconhecimento específico para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar do Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.002, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.451, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 3 |

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 50, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 50, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal inscritos no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 4 |

nº 468, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece visita especial no sistema prisional do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 468, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece visita especial no sistema prisional do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 926, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno. Foram apresentadas cinco emendas de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre as emendas apresentadas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre as emendas de nºs 1 a 5.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 5 |

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, inicialmente, esclarecer a GATA. Algumas pessoas, como eu acolhi – quero fazer esse registro e elogio ao Governador Agnelo – por meio da Emenda nº 3 a GATA, muitas pessoas me indagaram o que era a GATA, se era alguma felina ou alguma mulher bonita que andava aqui no plenário. Eu falei que não, que a GATA é uma gratificação de atividade técnica administrativa paga na Secretaria de Saúde, que vai atingir 28.200 pessoas e corresponde a um valor de 35 milhões. Feitos esses esclarecimentos, eu passo ao parecer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas de Plenário, de segundo turno, nºs 1, 2, 3, 4 e 5, ao Projeto de Lei nº 926, de 2012, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências”.

É o seguinte o parecer:



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 6 |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER Nº /2012

Da **COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**, às **Emendas de Plenário, de 2º turno, nº 01, 02, 03, 04 e 05, ao Projeto de Lei nº 926, de 2012, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências"**.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Agaciel Maia

I – RELATÓRIO

Foram apresentadas 5 emendas de Plenário, em 2º turno, ao PL nº 926/2011, com as seguintes características:

Emenda nº 01: inclui no Anexo XI, na Projeção da Renúncia de Natureza Tributária, para o IPVA, a isenção para veículos utilizados exclusivamente para fins de transporte escolar;

Emenda nº 02: Inclui no Anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, a autorização de concurso público para a Câmara Legislativa do Distrito Federal;

Emenda nº 03: Modifica os Anexos I, II, III, IV e V, do Relatório da Receita Prevista de Origem Tributária para 2013 a 2015, atualizando as informações referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte;

Sub Emenda nº 04: Exclui o item 07 da Emenda nº 01, de plenário, de primeiro turno, com o objetivo de evitar a sobreposição na autorização de contratação de cargos já contemplados no Relatório aprovado na CEOF;

Emenda nº 05: inclui no Anexo XI, na Projeção da Renúncia de Natureza Tributária, para o IPTU, o montante investido na reforma e manutenção de edificações tombada, preservadas ou contidas em perímetro de área tombada.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 7 |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

II – PARECER

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, `b`), compete a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre as matérias orçamentárias.

Em que pese o mérito das emendas de nº 01 e 05, elas implicam na concessão de benefício tributário e, conforme estabelece a Lei Complementar 101, de 2000, *in verbis*:

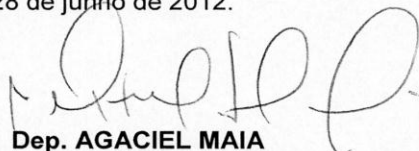
“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

As emendas não cumprem os incisos I e II do art. 14, da LRF, ou seja, não apresentam medidas de compensação para evitar o seu impactando negativo no resultado fiscal. Dessa forma somos pela rejeição das emendas 01 e 05 e pela aprovação das emendas nº 02, 03 e 04, de Plenário, em 2º turno.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2012.


Dep. AGACIEL MAIA
RELATOR



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 8 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, eu gostaria de discutir essa peça da Lei de Diretrizes Orçamentárias, primeiramente, parabenizando o Presidente da nossa comissão, que foi o Relator. É uma peça extensa, à qual tem-se que ter uma dedicação muito especial, e S.Exa. o fez com muito carinho e com muita proficiência.

Na data de ontem, o *DFTV* fez uma entrevista e colocou como se nós estivéssemos inflando o Orçamento do Distrito Federal em 885 milhões, por deixarmos um permissivo para que o governo, se tiver a intenção, se tiver recursos e se estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, possa suprir as diversas categorias profissionais que estão em falta. Todos nós sabemos que estão faltando médicos, que estão faltando professores, que estão faltando técnicos de informática, que estão faltando fiscais para meio ambiente, só para citar alguns exemplos. Se não estiver na LDO essa possibilidade, nem que o governo queira, ele pode fazer. Então, é uma peça que ajuda nas futuras decisões do governo, dando a ele um permissivo para escolher aquelas categorias profissionais que realmente ele considere que estejam em falta e possam prejudicar o serviço.

Nós não temos aqui a participação da sociedade para discutir a LDO. Inclusive, no dia em que nós discutíamos, eu disse que estranhava não ter ninguém da sociedade civil neste plenário, não ter nenhuma mídia neste plenário. É uma peça difícil de ser compreendida. O que é uma Lei de Diretrizes Orçamentárias? A população não tem compreensão dessa peça. Aquele que não entende faz uma crítica daquilo que não entende e faz uma distorção.

Acho que nós acertamos, porque se o governo tiver recursos e se estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos dando todas as condições ao governo para que possa contratar servidores públicos concursados, para que melhore a qualidade dos serviços, seja na saúde, seja no meio ambiente, seja na educação, em todas as áreas, enfim. Então, é uma peça que foi muito trabalhada, e eu acho que foi acertado o que nós fizemos.

Quero dizer também que o *DFTV* de ontem jogou toda a carga de eventos e as distorções dos eventos em cima da Câmara Legislativa, quando, na verdade, a nossa participação é mínima. Os Deputados usam as suas emendas em uma parte bem abaixo de 50% para eventos. Quem faz muito eventos é o Poder Executivo. A Câmara Legislativa apanhou. Acho que todos os Parlamentares deveriam pegar uma cópia do *DFTV* de ontem, porque nós apanhamos em três pontos em que estamos fazendo a coisa exatamente certa. Inclusive, o Deputado Wasny de Roure – coitado!



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 9 |

– apanhou como se tivesse sido o culpado por fazer eventos na maior parte das suas emendas e que tivesse feito de maneira equivocada.

Então, eu deixo esse registro. Eu gostaria que a Comunicação da Câmara pudesse aproveitar a publicidade para corrigir essas distorções, levar ao conhecimento da população o que é uma LDO, explicar o que os Parlamentares estão fazendo, até para que essas notícias distorcidas de quem não está acompanhando não possa prevalecer no inconsciente popular.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, na verdade, continuar no mesmo sentido do que a Deputada Eliana Pedrosa disse. Eu não tenho vergonha nenhuma de terem me citado, Deputada Eliana Pedrosa, nessa matéria. Tenho o maior orgulho de destinar dinheiro para pagamento de servidor público, porque somos nós, servidores públicos, que fazemos do Estado o que ele é. Quando muda o governo, os apadrinhados políticos são todos demitidos. Todo governador que entra, é a mesma coisa. Quem segura durante os primeiros meses é o servidor concursado. É ele que carrega o piano, é ele que é a memória. Então, eu tenho muito orgulho quando o jornal diz que eu ajudei a inflacionar o dinheiro destinado.

Faço questão aqui de dizer que eu fiz emendas para chamar os concursados do Detran, aprovados pelo nobre Deputado Agaciel Maia, por toda a Comissão e por esta Casa; para chamar os auxiliares de trânsito, agentes de trânsito do Detran; para chamar os especialistas de saúde, de todas as especialidades da Secretaria de Saúde; para chamar os concursados da Emater, extensionista rural, técnico especializado, técnico em informática, motorista, assistente administrativo; chamar também, na área de educação, mil professores da educação básica, oitenta especialistas em educação, cem analistas de gestão educacional, trezentos e cinquenta técnicos em gestão educacional.

Também fiz emendas para aumento de servidor. No caso aqui dos analistas de gestão educacional da Secretaria de Educação, destinei 23 milhões para que eles possam ter aumento salarial no ano que vem. Destinei também 20 milhões para aumento dos fiscais de atividades de limpeza urbana, porque são profissionais que precisam, trabalham do lado de profissionais que ganham o triplo e tem a mesma atividade. Também aumento para os auditores fiscais de atividades urbanas; aumento para o pessoal da Secretaria de Agricultura, de Planejamento e Gestão Urbana, 15 milhões; também para os engenheiros e arquitetos da Novacap, 11 milhões e 200 mil.

Eu acho que é dessa forma que a gente tem que trabalhar. Eu não sou Deputado, eu estou Deputado. Eu sou servidor público com muito orgulho. Enquanto eu estiver nesta Casa, podem falar a imprensa escrita, a falada, não importa de qual



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 10 |

tipo, qualquer pessoa pode falar, eu estarei — e tenho certeza de que os 24 farão isso — defendendo o servidor público, porque nós temos consciência do valor, da força e do que nós concursados representamos para garantir a qualidade de vida do Distrito Federal.

Eu tenho muito orgulho e queria agradecer ao nobre Deputado Agaciel Maia, que mudou a forma de a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças funcionar. S.Exa. é uma pessoa que teve a capacidade de dividir com todos as emendas como relator principal. Ele conseguiu que, nesta Casa, nesta legislatura, até os Deputados de primeiro mandato, até os suplentes conseguissem ter direito a fazer emendas e vê-las realizadas.

Parabenizo toda a Comissão, mas, principalmente, parabenizo o servidor público. E deixem a imprensa falar, não tem problema, não. Até porque todos sabem que seja na área de Educação, Saúde, Segurança, Fiscalização, Detran, seja em todas as áreas, somos nós concursados que fazemos do Distrito Federal isso que ele é, um Estado que está crescendo, que está se desenvolvendo, e é através do nosso trabalho, do trabalho que a gente faz diuturnamente que as famílias do Distrito Federal cada vez têm mais qualidade de vida.

Parabéns a todos vocês! Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são quase 2 horas da madrugada. Isso mostra a vitalidade, a importância desta instituição no cenário do Distrito Federal.

Hoje tratamos aqui de diversos temas e agora estamos tendo a oportunidade de votar talvez o principal documento no encerramento do primeiro semestre. E a gente observa a presença dos servidores, a presença dos conselheiros tutelares e, em particular, a presença dos servidores da Saúde que acompanharam a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eles estiveram lá, apresentaram a sua reivindicação e hoje estão aqui até esse horário para ver a avaliação e a votação conclusiva dessa matéria.

Sr. Presidente, eu não quero me delongar. Realmente, eu entendo que o Deputado Agaciel Maia é um experiente Parlamentar, não por ter sido ao longo da sua vida parlamentar, mas por ter passado pelo Congresso Nacional, principalmente no Senado, e agora, como Deputado Distrital, Presidente da Comissão. S.Exa. entendeu que era correto e acolheu a proposição. Ela está no valor ao redor de 38 milhões, e o Deputado Rôney Nemer apresentou um conjunto enorme de demandas. Mas não podemos desconhecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias está amarrada a uma outra lei, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a limitação dos recursos a partir do crescimento da arrecadação.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 11 |

Portanto, eu não quero fazer o comentário, até porque não vi — de fato dei entrevista — o comentário da matéria da Rede Globo. Ela não está totalmente errada. De fato, a Câmara apresentou uma emenda que ultrapassa 1 bilhão de reais, quando o disponível chega próximo a 180 milhões. Nós temos que ter essa consciência, e o Deputado Rôney Nemer disse muito bem: enfrentar esse debate como sendo uma lei autorizativa para ser usada ou não. Mas não podemos também, em respeito ao horário que os servidores estão aqui, desconhecer as limitações que a própria lei tem diante da previsão.

Portanto, eu quero cumprimentar, mas quero deixar registrado que isso é uma combinação entre aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê e o que a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta. E aí, apresentar à sociedade. Naturalmente há previsão, no caso de vocês que foram os privilegiados de ter a Gata apresentada para a sua incorporação no contracheque, como é o anseio de todos. Rendo aqui as minhas homenagens a Marli por sua luta incansável no Sindicato da Saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra a Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esses servidores que estão aqui até agora.

A nossa Comissão realizou várias visitas itinerantes aos hospitais públicos do Distrito Federal. Sabemos que esse servidor que está aqui é um servidor de luta. É um servidor que trabalha independentemente da situação precária. Eu acredito que o Deputado Rôney Nemer foi muito feliz quando disse que nós políticos passamos, mas é esse povo que atende a população... Muitas vezes o médico não está presente, o outro profissional que não é o auxiliar não está presente, mas vocês estão presentes. Eu gostaria de render as minhas homenagens a vocês.

Eu sei que houve um trabalho legislativo de vários Parlamentares. Quero ressaltar que foi do Bloco PT/PRB, que foi do Deputado Cláudio Abrantes e que foi do Deputado Rôney Nemer. Isso precisa ficar...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – E da Deputada Eliana Pedrosa também. Eu estava até questionando como a emenda aconteceu. E não citaram o nome de S.Exa. Por isso, faço a correção, também citando a Deputada Eliana Pedrosa.

Eu gostaria de dizer aqui, diante da preocupação do Deputado Wasny de Roure, que eu sei que temos dificuldades orçamentárias, porque estamos no limite de responsabilidade fiscal, mas o governo inclusive anunciou um superávit. Então, se temos superávit, nós teremos condições de pagar a Gata. Basta ter a vontade



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 12 |

política. É isso que deixo registrado aqui com o apoio de todos os Parlamentares que se mobilizaram, que votaram a favor.

Eu gostaria de também deixar o registro da luta de vocês. O servidor público que hoje trabalha na Saúde, antes de tudo, antes de ele ser um trabalhador, é um lutador, porque as condições ainda são precárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ressaltar o brilhante trabalho realizado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu gostaria também de agradecer os meus pares, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Wasny de Roure e, naturalmente, o nosso Presidente, Deputado Agaciel Maia.

Deixo um grande abraço a todos os servidores, seja do Conselho, seja do DFTrans, e, em especial, a esses guerreiros que estão aqui, não só hoje, mas no dia a dia, na Saúde. A todo o pessoal do SindSaúde, meus parabéns. Essa vitória é de vocês que souberam se articular e trabalhar aqui dentro da Câmara para terem o reconhecimento do direito de vocês devidamente aplicado na LDO.

Era apenas isso que eu tinha a dizer. Um grande abraço a todos! Muito obrigado por mais esse semestre de trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|---------------------------|--------|
| 29 06 2012 | 1h30min | 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA | 13 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 926, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 59ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 16ª Sessão Extraordinária.

Esta Presidência agradece a permanência de todos os Parlamentares e também dos servidores desta Casa e deseja a todos um bom recesso e sucesso aos servidores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 1h59min.)